

INOVAÇÃO PEDAGÓGICA PÓS COVID-19

O objetivo máximo do Ensino Superior é a capacitação de cidadãos para a antecipação, intervenção e resposta a futuros desafios da sociedade. O cumprimento deste propósito depende fortemente da constante atualização do modelo de ensino e da adequação das práticas pedagógicas.

A execução do processo de Bolonha vem exigir uma plena reestruturação do Ensino Superior a diferentes níveis. No que diz respeito ao desenvolvimento curricular e à sua ligação às necessidades do mercado de trabalho, as Instituições de Ensino Superior (IES) têm um papel preponderante. No *“OECD Review of the Tertiary Education, Research and Innovation System in Portugal”* publicado em 2019, salienta-se o foco excessivamente teórico do sistema educativo português, a sua desconexão com o mundo empresarial e a reduzida relevância conferida ao desenvolvimento de competências complementares dos estudantes. Não só é fulcral reorganizar e atualizar os conteúdos programáticos, como também as metodologias de ensino utilizadas para transmissão do conhecimento.

Face ao contexto da pandemia COVID-19, e apesar de conscientes da responsividade e dinamismo que todos os agentes têm revelado em prol da adaptação da sua atividade ao novo paradigma, é necessário elencar alguns problemas decorrentes do recurso súbito a novas práticas pedagógicas. Por um lado, foi notório um aumento generalizado da carga de trabalho atribuída aos estudantes durante o período de quarentena. Por outro, no que diz respeito aos métodos de avaliação, estes apresentaram grandes disparidades e irregularidades. Foram excluídas componentes de avaliação contínua bem como apresentadas algumas exigências para combate a fenómenos como o plágio e a fraude que por sua vez ameaçaram a justiça das avaliações e a privacidade dos estudantes.

Os maiores constrangimentos advêm essencialmente da desatualização dos conteúdos programáticos e das metodologias de ensino. Importa sublinhar o papel preponderante dos docentes na adequação das práticas pedagógicas, uma vez que estes têm a responsabilidade de definir metodologias de transmissão de conhecimento que combinem com a atualização dos conteúdos programáticos. A falta de formação dos docentes e, inclusive, a intransigência

de alguns comprometem a implementação de novas técnicas, o que é realçado quando estas envolvem o recurso a novas tecnologias. Quando as dificuldades sentidas na implementação do ensino a distância se prendem com fatores como os supramencionados, importa parar para refletir sobre o rumo que o nosso sistema educativo está a tomar e a necessidade de o reformar, à luz da realidade dos nossos dias e das deficiências que podem comprometer o futuro.

Simultaneamente, ao longo dos últimos meses, evidenciou-se a falta de orientações transversais por parte da Tutela, tendo o reforço da autonomia das IES levado à implementação heterogénea e desconcertada de metodologias de ensino a distância. Adicionalmente, indo ao encontro das especificidades da oferta formativa de cada IES, nomeadamente as que têm cursos de forte cariz prático, é fundamental a criação de diretrizes claras e uniformes que permitam o desenvolvimento de estratégias que aliem a implementação de técnicas de inovação pedagógica e ensino a distância às aulas presenciais. Tal seria vantajoso para o cumprimento das normas de distanciamento social e planos de contingência de cada IES, uma vez que facilitaria uma gestão segura e eficaz da frequência das instalações das suas respetivas Unidades Orgânicas. Recentemente foram lançadas recomendações em prol da reativação faseada e responsável das atividades das IES. De entre as recomendações destaca-se o programa “*Skills 4 pós-Covid – Competências para o futuro*”, que será realizado em estreita relação com a OCDE. Este é um programa que prevê estimular a partilha de experiências entre IES e empregadores públicos e privados na procura por uma rápida adaptação em práticas e abordagens de ensino, aprendizagem, trabalho e investigação para melhor preparar a transição para o período pós-COVID-19. É de realçar que, de forma a esperar os melhores resultados deste formato, será fulcral a divulgação destes momentos e a envolvência de todas as IES no mesmo.

Os avanços em prol da modernização das práticas de ensino foram notórios, pelo que é momento para efetivar uma preparação mais cuidada, beneficiando desta oportunidade para solidificar as melhorias nas metodologias pedagógicas, independentemente da manutenção do recurso ao ensino a distância.

Face ao exposto, a Federação Académica de Lisboa vem, através do presente documento, identificar as seguintes prioridades com vista à otimização do trabalho desenvolvido:

1. Realizar um estudo sobre o estado da docência, pedagogia e aprendizagem no ensino superior, para levantamento padronizado das realidades e problemas das IES no que diz respeito à formação e avaliação de desempenho do corpo docente e às metodologias de ensino implementadas;
2. Criar orientações transversais e uniformes por parte do MCTES, em colaboração com o CCISP e CRUP, no que diz respeito à implementação do ensino a distância e demais práticas de inovação pedagógica, salvaguardando a autonomia das IES e as especificidades da sua oferta formativa;
3. Articular esforços ou estabelecer consórcios com o intuito de encontrar as práticas pedagógicas mais adequadas, à semelhança da iniciativa “Skills 4 pós-Covid – Competências para o futuro”;
4. Capacitar o corpo docente para a correta aplicação de novas práticas pedagógicas, visando o desenvolvimento de capacidades que permitam o recurso a novas ferramentas formativas;
5. Criar mecanismos de avaliação de desempenho do corpo docente, nos casos em que não existam, ou adaptar os mesmos quando não estejam a ser devidamente implementados;
6. Envolver os estudantes no processo formativo, designadamente num sistema de interação e partilha de conhecimento, de estímulo à criatividade dos estudantes, substituindo o modelo de exposição passiva de conhecimentos;
7. Requerer a atualização dos Regulamentos de Avaliação de Conhecimento e às Competências por parte dos Conselhos Pedagógicos;
8. Rever a avaliação pedagógica, assentando a mesma em processos transparentes e na reflexão da sua aplicabilidade, considerando as alterações pedagógicas a efetivar nas IES, através da criação ou adequação dos critérios de satisfação pedagógica;
9. Monitorizar a implementação do Processo de Bolonha, garantindo a modernização do sistema de ensino superior ao nível da convergência



da inovação pedagógica e práticas adjacentes, bem como da implementação do ensino a distância, atendendo à especificidade das ofertas curriculares;

10. Modernizar os mecanismos de garantia da qualidade, reforçando o acompanhamento das alterações às práticas pedagógicas nas Unidades Orgânicas, tendo em vista o aumento da segurança percebida.

Lisboa, 5 de junho de 2020

Proponente: Federação Académica de Lisboa

Destinatários: MCTES, CRUP, CCISP, IES, Conselhos Pedagógicos, A3ES

Com conhecimento: Grupos Parlamentares